



“Concurso Público para Cedência Temporária de  
Espaços/Instalações Municipais (coberturas dos edifícios,  
outros equipamentos e solos) para instalação de unidades de  
produção para auto consumo coletivo/comunidade de energia  
renovável”

## **Programa de Procedimento**

**MAIO DE 2025**



## PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

### Capítulo I

#### Disposições gerais

##### Artigo 1.º Disposições e Cláusulas por que se rege o contrato

1. Na cedência onerosa de espaços municipais abrangida pelo contrato observar-se-ão as cláusulas do contrato e o estabelecido em todos os documentos que dele fazem parte integrante.
2. Consideram-se integrados no contrato, o programa do procedimento, o caderno de encargos, a proposta concorrente e todos os documentos que sejam referidos no título contratual ou no Caderno de Encargos.

##### Artigo 2.º Identificação da entidade pública adjudicante/cedente

1. A entidade adjudicante é o Município da Moita, representado pela sua Câmara Municipal, contribuinte fiscal n.º 506 791 220, com sede na Praça da República 2864-007 Moita, com o contacto telefónico n.º 212 806 700 e endereço eletrónico: [cmmoita@mail-moita.pt](mailto:cmmoita@mail-moita.pt).
2. O contrato de concessão objeto do presente procedimento será celebrado em nome do Município da Moita e outorgado nos termos do art.º 106.º do CCP.

##### Artigo 3.º Objeto e Fundamentação da escolha do Procedimento

3. Para efeitos do artigo 1, o Município da Moita cede temporariamente ao Adjudicatário, o direito de uso e fruição, pelo prazo da cedência temporária, dos espaços/edifícios municipais identificados no Anexo I do Caderno de Encargos (ao nível da cobertura dos edifícios, outros equipamentos e/ou solos), objeto do contrato e em conformidade com o previsto no Caderno de Encargos e respetivos anexos.
4. A presente concessão objeto do presente procedimento é celebrada através do art.º 31.º e do art.º 407.º e seguintes do CCP, na sua atual redação e dos artigos 7.º e 8.º do RJPIP.
5. Compete à Câmara Municipal, de acordo com o previsto na alínea ee) do art.º 33.º “Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do Município ou colocados por Lei, sob administração municipal.” Neste sentido, e face ao objeto contratual, é adotado o procedimento de concessão previsto no n.º 1 do art.º 31.º e no art.º 407.º e ss do CCP.
6. Atendendo a que o valor do contrato previsto para este procedimento ser no máximo estimado de €4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil euros) o fundamento da escolha do procedimento tem por base o critério do

valor definido na alínea a) do n.º 1 do art.º 20.º conjugado com a alínea c) do n.º 3 do art.º 474.º do CCP, na sua versão atualizada.

7. O Adjudicatário, após a instalação e implementação dos painéis fotovoltaicos para autoconsumo dos edifícios municipais, compromete-se, a constituir e a dinamizar a Comunidade de Energia Renovável, adiante designada por CER.
8. A energia a produzir pela instalação da unidade de produção para autoconsumo (UPAC) em cada edifício ou outro equipamento destina-se prioritariamente ao autoconsumo do edifício ou equipamento em causa e só o excedente da produção será objeto de partilha.
9. Todos os edifícios propriedade do município (sejam produtores e/ou consumidores), assim como outros sistemas, nomeadamente semáforos e bombagens, desde que sejam no raio de alcance da CER e que tenham necessidades de consumo de energia, irão consumir a energia proveniente da produção da UPAC da CER.
10. Nos termos do art.º 36.º do CCP, a decisão de contratar subjacente ao presente procedimento foi tomada por deliberação da Câmara Municipal da Moita, em reunião de Câmara datada de 25 de junho de 2025 tendo sido remetida a proposta de aprovação da Assembleia Municipal da Moita, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º para efeitos do disposto na alínea p) do n.º 1 do art.º 25.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, e aprovada por deliberação datada de XX de XXXX de 2025.

#### Artigo 4.º Prazo da concessão

1. A concessão terá como prazo de duração 15 (quinze) anos a contar do início da vigência do contrato, nos termos da cláusula 4.ª do Caderno de Encargos, e que se prevê que ocorra a 01/01/2026.
2. O período de vigência do contrato inicia a partir da data da última assinatura aposta no mesmo, sendo condição de eficácia e data de início da execução contratual, mas a sua execução só se inicia após o Visto do Tribunal de Contas.

#### Artigo 5.º Fundamentação do Preço Base

1. O cálculo do preço base teve em consideração a produção típica da tecnologia fotovoltaica para o cenário da instalação da potência mínima e máxima.
2. O preço base máximo que o concessionário pretende pagar é de 0,1410 euros/Kwh e teve por base o valor aproximado da energia elétrica produzida pela tecnologia, bem como, os preços de mercado atualmente praticados pelos comercializadores de energia elétrica do Município da Moita.
3. O limite máximo anual estimado em €300.000,00 resulta das seguintes estimativas:

Instalação da potência Máxima= 3105kW



Energia anual estimada = 2.098.359 kh

Preço unitário = 0,1410/kWh

### **Artigo 6.º Requisitos de Admissão**

Podem apresentar propostas todas as empresas e/ou agrupamentos de empresas, que se encontrem qualificadas como empresas de serviços energéticos ou agrupamentos qualificados no âmbito do Sistema de Qualificação de empresas de Serviços Energéticos, independentemente do nível de qualificação, e que integrem a lista que consta da página oficial da Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG), desde que não se encontrem em nenhuma das situações previstas no art.º 55.º do CCP.

### **Artigo 7.º Esclarecimentos e Retificações de Erros e Omissões**

Os pedidos de esclarecimentos necessários de quaisquer dúvidas surgidas na interpretação das peças patenteadas, bem como as listas contendo os erros e as omissões das peças do concurso, devem ser apresentados, por escrito, na plataforma eletrónica “AcinGov”, através do endereço <https://www.acingov.pt> utilizada pela CMM, até às 23h:59m do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

### **Artigo 8.º Órgão Competente para Prestar Esclarecimentos**

1. O órgão com competência para prestar esclarecimentos no âmbito do artigo 50.º do Código dos Contratos Público é o Júri do procedimento designado nos termos do artigo 67.º, do CCP, nomeado para o efeito e com competências delegadas pela Câmara Municipal, através da proposta referida no n.º 1 da cláusula 3.ª, que deu origem ao presente procedimento.
2. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso são prestados, por escrito, pelo Júri, através da plataforma eletrónica, na mesma funcionalidade referida no número anterior, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores fazem parte das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

### **Artigo 9.º Acesso às Peças do Procedimento**

1. As peças que constituem o presente procedimento serão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública com o seguinte endereço: <https://www.acingov.pt>.

2. O acesso à referida plataforma eletrónica permite efetuar a consulta, o download das peças do procedimento, bem como apresentar a proposta.
3. Para terem acesso à plataforma, os interessados/concorrentes deverão efetuar o login no endereço eletrónico <https://www.acingov.pt>.
4. Em caso de dúvida contacte a linha de apoio técnico da “acinGov”, através do número de telefone 707451451, que funciona das 09h00 às 18h00, em dias úteis e o seguinte endereço de email: [apoio@acingov.pt](mailto:apoio@acingov.pt).

#### Artigo 10.º Forma e modo de apresentação dos documentos e da proposta

1. A apresentação da proposta deverá ser realizada de forma eletrónica, nos termos do n.º 1 do artigo 62.º do CCP, devendo cumprir com o disposto nas alíneas seguintes:
  - a) Data-limite de entrega: até às 23H59m, do 30.º dia a contar da data do envio do anúncio para publicação no Jornal Oficial da União Europeia.
  - b) Prazo validade das propostas: 90 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
2. A entrega das propostas do presente procedimento será efetuada na plataforma de contratação acessível através do seguinte endereço: <https://www.acingov.pt>.
3. Em caso de dificuldade para aceder e utilizar a plataforma deverá contactar o Serviço de Apoio ao Cliente indicado no n.º 4 da cláusula 9.ª deste Programa.
4. A proposta e os documentos que a compõem devem ser assinados eletronicamente, utilizando uma assinatura eletrónica qualificada.
5. Nos casos em que o certificado digital utilizado não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de representação do interessado deve submeter à plataforma um documento eletrónico oficial comprovativo do seu poder de representação.

A proposta, contendo os documentos exigidos, deverá ser redigida em conformidade com o modelo do Anexo II:

- a) O valor proposto, que será expresso em euros, não incluirá IVA, o que deve ser expressamente mencionado.
- b) Os preços constantes na proposta são indicados em algarismos e por extenso, sendo que em casos de divergência, estes prevalecem, sobre os indicados em algarismos.
- c) A proposta deve mencionar que ao preço total acresce IVA (Imposto sobre Valor Acrescentado), à taxa

legal de 23%, entendendo-se, na falta desta menção, que o preço apresentado não inclui aquele imposto.

- d) A proposta e os documentos devem ser assinados pelos concorrentes ou pelos representantes que tenham poderes para os obrigar.
- e) Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes (conforme n.º 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos, supletivamente aplicável).
- f) Os documentos são redigidos em língua portuguesa, no entanto, quando estiverem redigidos noutra língua, deverão ser acompanhados de tradução devidamente legalizada em relação à qual declare aceitar a sua prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.
- g) A Câmara Municipal da Moita pode, a qualquer momento, exigir a apresentação de documentos comprovativos das declarações prestadas pelos concorrentes.
- h) A prestação culposa de falsas declarações pelos concorrentes determina, consoante os casos, a rejeição da respetiva proposta, a exclusão do concorrente em causa ou a invalidade da adjudicação e dos atos subsequentes.
- i) Os interessados poderão, a expensas suas e sob a sua responsabilidade, realizar uma visita aos locais onde irão ser instaladas as Unidades de Produção para Autoconsumo (de ora em diante, “UPAC”), objeto do contrato a celebrar, devendo inteirar-se das condições dos mesmos que entendam poder influir no modo de execução das prestações decorrentes do contrato.
- j) Os interessados devem solicitar a realização de visita, na plataforma eletrónica em uso no Município, até ao limite do primeiro terço do prazo para apresentação de propostas, obtendo indicação da data, hora e local, bem como do nome e contactos da pessoa designada para os acompanhar durante a visita aos equipamentos, até 48 horas após a apresentação do pedido

#### Artigo 11.º Documentos que devem acompanhar a proposta

1. Na proposta, o concorrente manifesta ao Município da Moita a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
2. A proposta do concorrente deverá ser constituída pelos seguintes documentos:
  - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), disponível em <https://ec.europa.eu/growth/tools-databases/espd/filter?lang=pt>. e que constitui o Anexo I, ao presente

programa de procedimentos;

- b) Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, deve ser apresentado um DEUCP distinto por cada um dos membros que integram o agrupamento.

Deverão ser entregues com a proposta os seguintes documentos:

- a) Declaração elaborada nos termos do modelo constante no Anexo II;
- b) Procuração bastante se o proponente representar outra pessoa;
- c) Fotocópia do Cartão de Cidadão (ou em alternativa Bilhete de Identidade e Número de Contribuinte) ou Certidão Comercial ou Certidão Permanente atualizada, no caso de se tratar de pessoa coletiva;
- d) A memória descritiva das UPAC a instalar incluindo: a lista e descrição dos serviços assegurados pelo Concorrente, nomeadamente licenciamentos, instalação e manutenção das UPAC; a informação relativa à manutenção e gestão da CER, com a devida plataforma, ao encargo da entidade certificada para o efeito; informação sobre a capacidade de gestão e manutenção da ACC/ CER sem encargos ou prejuízos imputáveis à Entidade Adjudicante e informação sobre os termos e condições sobre os aspetos logísticos e práticos da execução do contrato - os Concorrentes, no Ato Público de abertura de propostas, devem apresentar e demonstrar uma plataforma funcional e/ou em funcionamento em forma de prova;
- e) Documentos descritivos da plataforma funcional de suporte (manuais ou outros documentos relevantes), que evidenciem o carácter “user friendly” da mesma;
- f) Impacto social e o impacto ambiental (emissão de CO2 evitada e independência energéticas dos edifícios objeto da cedência);
- g) Potência da Central Fotovoltaica a instalar e estimativa da energia elétrica que produzirá durante 1 (um) ano, com um mínimo de:
  - CER 1: 716 kWp (kilo Watt pico);
  - CER 2: 577 kWp (kilo Watt pico);
- h) Informação do valor/preço da proposta (vide alínea a) do presente artigo), de acordo com o indicado no artigo 5.º.
- i) Lista de qualificação como empresa de serviços energéticos reconhecida pela DGEG (Direção Geral de Energia e Geologia).



#### Artigo 12.º Demonstração de adequação funcional de equipamentos e plataformas

1. Após a apresentação das propostas o Júri convocará os concorrentes para a demonstração da plataforma referida na alínea d) do artigo 11.º, no prazo máximo de 10 dias úteis.
2. Os candidatos deverão apresentar-se, na data, hora e local indicados, devidamente credenciados para fazer a demonstração exigida.
3. Os candidatos que não se apresentarem, ou apresentando-se não façam a demonstração solicitada serão excluídos.
4. A plataforma será avaliada de acordo com o critério de adjudicação.

#### Artigo 13.º Propostas variantes

Não é admissível a apresentação de propostas variantes, nem de propostas com alterações ao Caderno de Encargos.



#### **Artigo 14.º Critérios de adjudicação**

1. O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa para a Entidade Adjudicante, determinada através da modalidade monofactor, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 74.º do CCP, de acordo com o qual o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, neste caso, o preço do autoconsumo, como único aspeto da execução do contrato a celebrar.
2. Para efeitos do número anterior, será considerada mais vantajosa a proposta que apresente menor preço – ao preço base fixado para a tarifa €0,1410/kWh
3. No caso de empate será feito sorteio entre as propostas empatadas.
  - 3.1 O sorteio será efetuado após convocatória aos concorrentes empatados, via plataforma eletrónica com a indicação respetivamente do local, data e hora da realização, a determinar pelo júri do procedimento.
  - 3.2 O sorteio será realizado na presença do júri e dos representantes dos concorrentes empatados.
  - 3.3 No final do sorteio será lavrada a respetiva ata, que será assinada pelo júri e pelos representantes dos concorrentes presentes.

#### **Artigo 15.º Prazo de validade da proposta**

11. Os concorrentes ficam obrigados a manter as suas Propostas durante o período mínimo de 120 (cento e vinte ) dias a contar da data da entrega da proposta.
12. O prazo referido no número anterior considera-se automaticamente prorrogado se os concorrentes nada requererem ao contrário.

#### **Artigo 16.º Audiência prévia**

13. Após a elaboração do relatório preliminar, os concorrentes são notificados, para querendo, se pronunciar por escrito no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
14. Poderá ser dispensada a audiência prévia, caso apenas haja uma única proposta, para determinado lugar nos termos da alínea f) do artigo 124.º do CPA (Código do Procedimento Administrativo).
- 15.

#### **Artigo 17.º Documentos de habilitação**

16. 1. Ao adjudicatário ser-lhe-á solicitado os seguintes documentos de habilitação:
17. 1.1. Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II a este programa de procedimentos;

18. 1.2. Documento comprovativo de que não se encontra na situação prevista nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos (Certificado emitido pela entidade competente);
  19. 1.3. Documento comprovativo de submissão de Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE);
  20. 1.4. Documento de início de atividade ou declaração de situação financeira ou cópia da certidão do registo comercial da sociedade ou código de acesso à “Certidão Permanente” da sociedade, no caso de o concorrente ser uma pessoa coletiva.
  21. 1.5. Indicação do número do cartão de cidadão ou do bilhete de identidade e do número de identificação fiscal de quem outorga o contrato, devendo os mencionados documentos serem exibidos no momento da outorga.
  22. 1.6. Indicação do interlocutor responsável pelo contrato a celebrar, o qual deverá indicar o nome e os contactos: email e telefone.
  23. 1.7. No caso de o preço global proposto na proposta adjudicada determinar a sujeição do contrato a celebrar a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, o adjudicatário deve ainda apresentar um plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas, salvo se este for uma pessoa singular ou uma micro, pequena ou média empresa, devidamente certificada nos termos da lei, nos termos previstos no n.º 9, do artigo 81.º, do CCP.
2. O prazo para a apresentação, pelo adjudicatário, dos documentos de habilitação será de 5 dias úteis após notificação da adjudicação.
  3. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a cinco dias.
  4. O prazo a conceder pela entidade adjudicante para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86º será de 5 dias úteis.
  5. Quando os documentos a apresentar se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta desde que o referido sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
  6. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre solicitar ao adjudicatário a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar.
  7. A não apresentação dos documentos de habilitação, por motivo que seja imputável ao adjudicatário, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do CCP, a qual pode determinar a aplicação da sanção

acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

8. Juntamento com os documentos de habilitação e dentro do mesmo prazo, o concessionário deverá ainda apresentar o documento comprovativo do registo no RCBE ou respetivo código de acesso.
9. Nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 37.º da Lei n.º 89/2017 de 21 de agosto, o incumprimento das obrigações declarativas no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, proíbe a celebração decorrente do presente procedimento, constituindo causa de caducidade da adjudicação, por força do disposto no art.º 87.º-A do CCP.

#### Artigo 18.º Caução para garantir o cumprimento de obrigações

1. Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, o adjudicatário deve prestar caução no valor de 1% do montante total do Contrato, com exclusão do IVA.
2. O adjudicatário deve prestar a caução no prazo de 10 dias a contar da notificação da decisão de adjudicação prevista no n.º 2, do Artigo 77.º, devendo comprovar a sua prestação no dia imediatamente subsequente.
3. A caução deverá ser efetuada de acordo com o modelo constante dos anexos III ou IV do Programa do Procedimento.
4. Todas as despesas relativas à prestação da caução são da responsabilidade do adjudicatário, nos termos do n.º 9 do Artigo 90.º do CCP.
5. A não prestação da caução, por facto imputável ao adjudicatário, implica a caducidade da adjudicação, passando a mesma para a proposta ordenada no lugar subsequente, nos termos do n.º 1 e n.º 2 do Artigo 91.º do CCP.
6. A entidade adjudicante pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial, nos casos de não cumprimento das obrigações legais, contratuais ou pré-contratuais pelo adjudicatário.
7. No prazo de 30 dias úteis contados do cumprimento de todas as obrigações contratuais por parte do adjudicatário, a entidade adjudicante promove a liberação da caução a que se refere o número 1 da presente cláusula.

#### Artigo 19.º Encargos do adjudicatário

Ficam a cargo do adjudicatário as despesas de formalização da cedência, bem como impostos, licenças e outros encargos devidos ao Estado e ao Município.



#### Artigo 20.º Foro competente

Para todas as questões emergentes no âmbito do presente procedimento ou da cedência de utilização será competente o Tribunal Administrativo do Círculo de Almada.

#### Artigo 21.º Reserva

Caso não seja apresentada nenhuma proposta, ou não seja adjudicada a cedência de utilização, a Câmara Municipal reserva-se o direito de proceder, dentro do prazo de 60 dia, ao ajuste direto dos espaços, por valor não inferior ao valor base da adjudicação.

#### Artigo 22.º Omissões

Em tudo o que se revelar omissa no Programa do Procedimento e no Caderno de Encargos, observar-se-á o disposto no Decreto-Lei n.º 280/2007 de 7 de agosto, na sua atual redação, na parte aplicável às autarquias locais e, subsidiariamente, o disposto no Código dos Contratos Públicos e no Código do Procedimento Administrativo, com as devidas adaptações.



## ANEXO I

Documento Europeu de Contratação Pública

(disponibilizado em ficheiro autónomo)



## ANEXO II

Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do nº 1 do artigo 81.º]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)...(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

(local),... (data)

[assinatura (5)].



- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.
- (3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
- (4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.
- (5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



### ANEXO III

#### Modelo de guia de depósito bancário

Euros \_\_\_\_\_ €

Vai \_\_\_\_\_ (nome do adjudicatário), com sede em \_\_\_\_\_ (morada),  
depositar na \_\_\_\_\_ (sede, filial, agência ou delegação) do Banco  
\_\_\_\_\_ a quantia de \_\_\_\_\_ (por algarismos e por extenso) em  
dinheiro/em títulos \_\_\_\_\_ (eliminar o que não interessar), como caução  
exigida para \_\_\_\_\_ (identificação do procedimento), nos termos dos n.ºs 3  
e 4 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos. Este depósito, sem reservas, fica à  
ordem de \_\_\_\_\_ (entidade adjudicante), a quem deve ser remetido o respetivo  
conhecimento.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]



#### ANEXO IV

##### Modelo de garantia bancária/seguro de caução

Garantia bancária/seguro de caução (eliminar o que não interessar) n.º \_\_\_\_\_

Em nome e a pedido de \_\_\_\_\_ (adjudicatário), vem o(a) \_\_\_\_\_  
(instituição garante), pelo presente documento, prestar, a favor de \_\_\_\_\_ (entidade  
adjudicante beneficiária), uma garantia bancária/seguro-caução (eliminar o que não  
interessar), até ao montante de \_\_\_\_\_ (por algarismos e por extenso),  
destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s)  
garantido(s) no âmbito do \_\_\_\_\_ (identificação do procedimento), nos  
termos dos n.º (s) 6, 7 e 8 (eliminar o que não interessar) do artigo 90.º do Código dos  
Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a 5% do preço contratual e funciona como se estivesse  
constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas,  
por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que  
interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros (eliminar o que não interessar)  
garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar  
em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor  
à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa  
valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua  
libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse  
mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que  
sejam devidos.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

Anexo V

Prova de Conceito

<i>Requisito a verificar</i>		<i>Demonstrado (Sim / Não)</i>
<b>Plataforma de Gestão de CER</b>		
<b>1</b>	<b>Acesso:</b> plataforma de acesso via web, através de conta e password	
<b>2</b>	<b>Acesso:</b> pelo menos os dois seguintes níveis de acesso. 1) Administrador: gestor da comunidade, com permissões para configuração. 2) Utilizador: acesso a visualização dos dados, sem permissões de configuração.	
<b>3</b>	<b>Configuração/gestão:</b> Possibilidade de criar membros na CER, etc	
<b>4</b>	<b>Interface:</b> apelativo e de fácil utilização	
<b>5</b>	<b>Informação/dados da CER:</b> visualizar os dados totais da CER: 1) Potencia instalada (quando aplicável) 2) Produção 3) Consumo de energia solar (autoconsumo e da comunidade) 4) Consumo de energia da rede 5) Excedente injetado na rede e/ou comunidade	
<b>6</b>	<b>Informação/dados individuais de cada membro/ edifício:</b> visualizar os dados de cada edifício/membro da CER: 1) Potência instalada (quando aplicável) 2) Produção 3) Consumo de energia solar (autoconsumo e da comunidade) 4) Consumo de energia da rede 5) Excedente injetado na rede e/ou comunidade	
<b>7</b>	<b>Visualização gráfica dos dados:</b> visualizar graficamente os dados referidos nos pontos 5 e 6	
<b>8</b>	<b>Período de visualização dos dados:</b> visualizar os dados referidos nos pontos 5 e 6, com o máximo de 1 dia de atraso (poderá não ser possível ver dados do próprio dia, mas pelo menos ser possível visualizar os dados do dia anterior)	
<b>9</b>	<b>Período de visualização dos dados:</b> visualizar dados diários, semanais, mensais ou anuais	
<b>10</b>	<b>Exportação dos dados:</b> exportar dados, por exemplo, para ficheiro Excel, para posterior análise	
<b>11</b>	<b>Relatórios:</b> configuração / personalização de relatórios	



## Anexo VI

### Definições

«**Agregação**»: uma função desempenhada por uma pessoa singular ou coletiva, que pode ser ou não um comercializador, que combina a eletricidade produzida, consumida ou armazenada de múltiplos clientes para compra ou venda em mercados de energia ou de serviços desistema;

«**Autoconsumidor**» ou «**Membro produtor**», um consumidor final que produz energia renovável para consumo próprio, nas suas instalações situadas no território nacional, e que pode armazenar ou vender eletricidade com origem renovável de produção própria, desde que, para os autoconsumidores de energia renovável não domésticos, essas atividades não constituam a sua principal atividade comercial ou profissional, podendo exercer esta atividade em autoconsumo individual ou ACI ou em autoconsumo coletivo ou ACC quando, respetivamente o autoconsumo é para consumo numa instalação elétrica de utilização (IU), ou em duas ou mais IU, estando, em ambos os casos, a ou as UPAC instaladas nessa(s) IU ou na sua proximidade e com ligações entre si através da RESP, e/ou de uma rede interna e/ou por linha direta, sem prejuízo de o direito de propriedade sobre a UPAC ser titulado por terceiro(s);

«**Comercializador**», a entidade registada para a comercialização de eletricidade, cuja atividade consiste na compra a grosso e na venda a grosso e a retalho de eletricidade;

«**Comercialização entre pares**», a venda de energia renovável entre participantes no mercado mediante um contrato com condições predeterminadas que regem a execução e liquidação automatizadas da transação diretamente entre os participantes no mercado ou indiretamente por intermédio de um terceiro participante no mercado, e cuja produção de efeitos registo não prejudica os direitos e obrigações das partes envolvidas na qualidade de consumidores finais, autoconsumidores individuais ou coletivos, produtores ou agregadores independentes;

«**Contador inteligente**», um dispositivo que integra um sistema eletrónico preparado para medir o consumo de eletricidade ou a eletricidade introduzida na rede e que pode transmitir e receber dados para efeitos de informação, monitorização, controlo e ação, recorrendo a uma forma de comunicação eletrónica;

«**Contrato de fornecimento de energia elétrica**», o contrato através do qual o comercializador se obriga a abastecer um cliente e este se obriga a pagar o respetivo preço, não incluindo contratos relativos a derivados de eletricidade;

«**Energia armazenada**» a energia elétrica acumulada em sistemas de armazenamento de energia, incluindo em veículos elétricos quando os mesmos sejam capazes de introduzir energia na rede, nomeadamente através dos pontos de carregamento bidirecionais associados à IU;

«**Energia excedente**» a energia produzida por UPAC e não consumida nem armazenada;



«**Entidade inspetora**» a entidade acreditada para efetuar as inspeções prévias à emissão dos certificados de exploração, as inspeções periódicas e as inspeções em sequência de alterações ao título de controlo prévio;

«**Entidade instaladora**» a entidade habilitada por alvará ou certificado emitido pelo Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, 1. P., nos termos previstos no regime jurídico aplicável ao exercício da atividade da construção, para a execução de instalações de produção de eletricidade ou o técnico responsável pela execução, a título individual, de instalações;

«**Entidade gestora do autoconsumo coletivo**» ou «**EGAC**», a pessoa, singular ou coletiva, que pode ou não ser autoconsumidor, designada pelos autoconsumidores coletivos, para a prática de atos em sua representação;

«**Ligação à rede**» os elementos da rede que permitem que uma determinada IU, UPAC ou instalação de armazenamento seligue fisicamente às infraestruturas de transporte ou distribuição de eletricidade da RESP;

«**Operador da rede de distribuição**» ou «**ORD**», o operador da rede que exerce a atividade de distribuição e é responsável pela construção, exploração e manutenção da rede de distribuição e, quando aplicável, pelas suas interligações, bem como por assegurar a garantia de capacidade da rede a longo prazo;

«**Ponto de interligação**», o ponto da rede existente ou a criar onde se prevê ligar a linha que serve uma UPAC, uma instalação de armazenamento, uma instalação de utilização ou outra rede;

«**Ponto de receção**», o ponto da rede onde se faz a entrega ou a receção de eletricidade à IU, à UPAC, à instalação de armazenamento ou a outra rede, localizado nos terminais, do lado da rede, do órgão de corte, ou, quando este não exista, do elemento de transição, que separa as instalações, conforme projeto aprovado nos termos do Regulamento de Licenças para Instalações Elétricas;

«**Rede Elétrica de Serviço Público**» ou «**RESP**», o conjunto das instalações de serviço público destinadas ao transporte e à distribuição de eletricidade que integram a RNT, a RND e as redes de distribuição em BT;

«**Unidade de produção para autoconsumo**» ou «**UPAC**», uma ou mais unidades de produção que tem como fonte primária a energia renovável, incluindo ou não instalações de armazenamento de energia, associada(s) a uma ou várias IU, destinada primordialmente à satisfação de necessidades próprias de abastecimento de energia elétrica, que sejam instaladas nessa(s) IU e/ou na proximidade da(s) IU que abastecem, podendo ser propriedade de e/ou geridas por terceiro(s).

«**Coefficientes de Partilha Variável**», correspondem à metodologia de partilha de energia dentro dos membros da respetiva comunidade. Sendo que a energia será encaminhada diretamente para os CPE'S em regime de consumo instantâneo, sem que a produção seja direcionada para pontos específicos, ocorrendo a perda de aproveitamento se estes não estiverem a consumir.